



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE "ILUMINAÇÃO DE PASSADEIRAS NA EN 101 ENTRE A FONTE DE SALZEDAS E A ROTUNDA DA PONTE NOVA" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL "JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA.", DE VELAS, AÇORES. -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 17 de junho de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 4 de junho de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Maria Alzira Ferros Miranda Pereira da Costa, casada, titular do Cartão de Cidadão n.º 8576178, natural da freguesia de Capareiros, concelho de Viana do Castelo, residente na Rua Armindo Santos Barbosa, Barroelas, que outorga na qualidade de **Sócio-Gerente** com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma "**JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA**", com sede no lugar de Levadas, freguesia de Santo Amaro, concelho de Velas, Açores, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **502 662 166**, com o capital social de € 350.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

Jus. 2019
JA

Primeira O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **4 de junho de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o **“ILUMINAÇÃO DE PASSADEIRAS NA EN 101 ENTRE A FONTE DE SALZEDAS E A ROTUNDA DA PONTE NOVA”**. ---

Pelo referido despacho foi aprovada ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda O fornecimento é adjudicado pelo preço de € **12.606,80 (doze mil seiscentos e seis euros e oitenta cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **60 dias seguidos**, a contar da data da assinatura deste contrato. -----

Quarta O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 04** – Iluminação Pública. -----

Classificação Funcional – **32201**. -----

Sexta: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º nº 1, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á

pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Sétima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Oitava 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

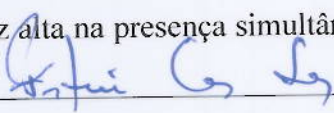
Nona É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

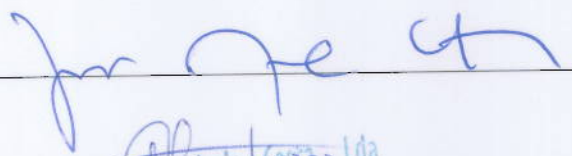
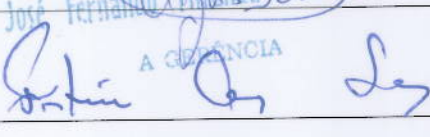
Décima A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **18-02-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Velas, em **10-04-2015**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão

Permanente do Registo Comercial subscrita em 23-12-2014 e válida até **23-12-2015**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes da segunda outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



José Fernando Martins Louro, Lda.
A GERÊNCIA

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **2015/029/58**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **15/2015**